

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CONTRATO Nº **551/2023** QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA DO MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES** E A **IBIRA CULTURAL LTDA**, QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, localizada na Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires – SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, sob nº 46.522.967/0001-34, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. Rosi Ribeiro de Marco e de outro lado a **IBIRA CULTURAL LTDA** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.331.690/0001-64-, com sede na Rua Padre Saboya de Medeiros, nº 118, Bairro Planalto, São Bernardo do Campo – SP, CEP 09.890-540, neste ato representada na forma do seu contrato social pela Sra. Denise Regina Szabo, portadora do RG nº 44.220.291-X e CPF nº 367.603.918-10, de ora em diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei nº 8.666/93, e alterações, e as Cláusulas a seguir estabelecidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de formação e acompanhamento dos recursos da lei complementar 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL

2.1. As reuniões para realização de qualquer apresentação serão realizadas junto a Escola Municipal de Artes, sito a Rua Yutaka Ishihara, 218 - Pastoral, Ribeirão Pires – SP.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias contados a partir da ordem de início.

3.2. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo do contrato poderá ser prorrogado, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. Pela execução dos serviços enumerados na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE, obriga-se a pagar à CONTRATADA, a importância de **R\$ 15.384,20** (quinze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela, após a comprovação da realização da consultoria. A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal o mês vencido, mediante a apresentação de fatura na Diretoria do Serviço de Finanças.

5.2. O pagamento será efetuado através de crédito bancário, devidamente cadastrada no sistema utilizado pela municipalidade.

5.3. O pagamento acima referido fica condicionado à comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRESCIMOS OU ALTERAÇÕES DO CONTRATO

6.1. A CONTRATADA fica nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; à juízo da Administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto no art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, atualizada .

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os recursos orçamentários relativos ao objeto do presente contrato, importam em R\$ 15.384,20 (quinze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), que correrão por conta da dotação orçamentária nº **3.3.90.39.0013.392.0045.2.023**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

8.1. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, que decorram deste contrato, ficam a cargo da CONTRATADA que se compromete se necessário, a apresentar à CONTRATANTE os competentes comprovantes de recolhimento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se à:

a) manter, durante a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Contratante, cuja proposta passa a fazer parte integrante deste Contrato;

b) atender todas às exigências constantes do objeto contratual nos estritos termos, prazos e condições estabelecidas no respectivo orçamento/proposta que faz parte do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução dos serviços da Contratada será acompanhada pela Secretaria de Educação e Cultura, sendo que se as falhas não forem sanadas em 48 horas, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para os fins e penalidades previstos neste Contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido na forma, com as consequências e pelos motivos previstos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. A CONTRATADA reconhece, desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.3. Não obstante o prazo estipulado para a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentária de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

11.4. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição de descumprimento contratual, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será permitida a subcontratação de todo, nem parte do objeto do presente Ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado, conforme prevê o art. 54 da Lei 8.666/93, e demais normas pertinentes.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

13.2. Para todas as questões resultantes deste Contrato, será competente ao Foro desta Comarca, com exclusão de qualquer outro por mais especial que seja.

E, por estarem as partes assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas.

Ribeirão Pires, 20 de Setembro de 2023.

ROSI RIBEIRO DE MARCO
Secretária de Educação e Cultura

IBIRÁ CULTURAL LTDA
Denise Regina Szabo

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: IBIRA CULTURAL LTDA

CONTRATO Nº 551/2023

OBJETO: Contratação de serviços de formação e acompanhamento dos recursos da lei complementar 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 20 de Setembro de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 107.716.268-51

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Rosi Ribeiro de Marco

Cargo: Secretária de Educação e Cultura

CPF: 058.618.048-69

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Rosi Ribeiro de Marco

Cargo: Secretária de Educação e Cultura

CPF: 058.618.048-69

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Denise Regina Szabo

Cargo: Sócia / Proprietária

CPF: 367.603.918-10

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Rosi Ribeiro de Marco

Cargo: Secretária de Educação e Cultura

CPF: 058.618.048-69

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Rosi Ribeiro de Marco

Cargo: Secretária de Educação e Cultura

CPF: 058.618.048-69

Assinatura: _____